

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.858 - MG  
(2018/0236033-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : CLEUBER BARBOSA SILVA**  
**ADVOGADO : ALESSANDRO DE FREITAS SARMENTO - MG122428**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

**CLEUBER BARBOSA SILVA** agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** (Apelação n. 1.0093.12.003877-8).

O agravante, condenado a cumprir **penas restritivas de direitos** pelo **crime de disparo de arma de fogo**, busca a processamento e o provimento do recurso inadmitido na origem. Afirma que não "restaram configuradas as elementares do crime, posto que o disparo ocorreu em local não habitado" e que "se desincumbiu do ônus de demonstrar o dissídio jurisprudencial existente" (fl. 238).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso especial.

**Decido.**

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada. Em que pesem os argumentos expostos pela defesa, observo que o recurso especial, interposto exclusivamente pela alínea "c" do permissivo constitucional, **esbarra em óbice de admissibilidade**.

O art. 255, § 1º, do RISTJ prevê: "Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência com a certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicado o acórdão divergente, ou ainda com a reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, **devendo-se, em qualquer caso, mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados**" (destaquei).

Na hipótese, o recorrente apontou como paradigma o seguinte julgado: **Apelação n. 875.924-2**, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mas não procedeu ao necessário confronto analítico entre os acórdãos que entendeu divergentes. Restringiu-se, no particular, **à simples transcrição do julgado paradigma**, sem, contudo, efetuar a indicação pontual das circunstâncias do caso concreto que o assemelhavam à hipótese dos autos.

De acordo com a sólida orientação desta Corte, "a comprovação da divergência jurisprudencial cabe a quem recorre, devendo este demonstrar nas razões recursais as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Para tanto, é indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto **dos acórdãos recorrido e paradigma**, realizando-se o **cotejo analítico entre ambos**, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente, o que não ocorreu na espécie. (REsp 1642748/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 09/03/2017, DJe 20/04/2017)" (**AgRg no AREsp n. 1.027.408/SP**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, DJe 6/11/2017).

Além disso, verifica-se que **não há similitude fática entre os casos confrontados**. O aresto combatido está relacionado à 5 disparos em zona rural, em contexto de discussão com a ex-companheira, em local que "não estava deserto, sendo que no mínimo havia cinco pessoas, além do acusado naquele momento" (fl. 131). O julgado paradigma, por sua vez, trata de único "disparo acidental" (fl. 208), no interior de "estabelecimento comercial" (fl. 210), em local distante 800 metros da residência mais próxima (fl. 211), sem "registro, nos autos, de que haveria pessoas próximas ao local" (fl. 211).

À vista do exposto, **conheço do agravo** para, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **não conhecer do recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator